



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.420-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3456 / CNPJ: 51.639.394/0001-20



Relatório de Pesquisa de Preços

Servidor responsável pela pesquisa de preços: Rodrigo Santiago Batista

Setor requisitante: Presidência

Nº Protocolo: 500/2025

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/2021 que regulamenta o assunto, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Vale ressaltar que posicionamentos de Tribunais de Contas, Controladorias, Manuais de orientação e bibliografias renomadas também serviram de referência para esta pesquisa de preços.

I. Objeto da contratação: Prestação de serviços – fornecimento de mão de obra para 2 (dois) vigias não armados e 1 (um) recepcionista, no horário das 8h às 17h, com 1 (uma) hora de almoço (40 horas semanais), conforme condições e exigências estabelecidas em Termo de Referência.

II. Parâmetros consultados: Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME¹, conforme discriminado na tabela abaixo:

¹Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, quando possível, como Pannel de Preços ou banco de preços, observado o índice de atualização conforme o Portal Nacional de Contratações Públicas;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, estadual ou municipal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data da cotação e/ou divulgação do edital.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.420-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.391/0001-20



Parâmetros utilizados	Justificativa para escolha
I – Pannel de Preços;	Parâmetro priorizado em conformidade com o art. 5º, § 1º da IN Seges/ME nº 65/2021.
II – Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data de pesquisa de preços;	Parâmetro priorizado em conformidade com o art. 5º, § 1º da IN Seges/ME nº 65/2021.
III – Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.	Parâmetro utilizado a fim de aumentar a cesta de preços.

O parâmetro I foi realizado no sistema Pannel de Preços e o II foi coletado no Portal Nacional de Contratações Públicas. Já o parâmetro III foi coletado em sites especializados ou de domínio amplo, quando não há informações suficientes nos dois primeiros parâmetros, respeitado o art. 5º, § 1º, da Instrução Normativa nº 65/2021². Vale ressaltar que todas as fontes estão anexas a este Relatório.

III. Série de preços coletados:

Fonte (Serviço de Recepção)	CNPJ	Valor (mensal)
Parâmetro I – Pannel de Preços	Não se aplica	R\$ 5.239,27
Parâmetro II – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO PARANÁ – SRA/PR	Não se aplica	R\$ 4.199,64
Parâmetro II – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA	Não se aplica	R\$ 3.457,03
Parâmetro II – MINISTERIO DA DEFESA	Não se aplica	R\$ 5.343,71
Parâmetro II – PROCURADORIA REG DO TRABALHO 2ª REGIÃO - SP	Não se aplica	R\$ 4.654,29

Fonte (Serviço de Segurança)	CNPJ	Valor (mensal)
Parâmetro I – Pannel de Preços	Não se aplica	R\$ 10.748,33

² Art. 5º [...];

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.394/0001-20



Parâmetro II – Câmara Municipal de Passo Fundo	Não se aplica	R\$ 12.180,52
Parâmetro II – Inst. Federal de Educação e Ciência e Tecnologia de São Paulo	Não se aplica	R\$ 11.719,42
Parâmetro II – Câmara Municipal de Vereadores de Campo Bom	Não se aplica	R\$ 12.383,04
Parâmetro II – SP – Secretaria de Inovação e Tecnologia – SMIT	Não se aplica	R\$ 11.372,08

IV. Metodologia para obtenção do preço estimado: Aos dados levantados pelos parâmetros já citados, desconsidera-se os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados, aplicando-se um dos métodos estatísticos estabelecidos no caput do art. 6º da IN 65, de 2021: a média, a mediana ou o menor dos preços obtidos. Entretanto, "por não apontar critérios objetivos para a escolha de uma ou de outra medida de tendência central, a norma operacional acaba por deixar o comprador público ainda com alguma dúvida, pois a adoção de um ou de outro tratamento estatístico pode resultar em valores estimados bastante distintos", segundo o professor Ronaldo Corrêa (disponível em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/16380>).

Sendo assim, o Caderno de Logística – Pesquisa de Preços, desenvolvido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (disponível em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-pesquisa-de-precos-2023_final.pdf), indica que "é imprescindível uma avaliação crítica dos resultados encontrados na coleta de preços, especialmente quando houver uma grande variação entre os valores apresentados. Assim, para se evitar distorções no resultado do cálculo do valor estimado, deve-se proceder o tratamento dos dados, excluindo-se eventuais valores que se mostrem fora da realidade do mercado, seja por serem manifestadamente inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados."

Vale citar também o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 868/2013 – Plenário: "A deflagração de procedimentos licitatórios exige estimativa de preços que pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como fornecedores, licitações similares, atas de registros de preço, contratações realizadas por entes privados em condições semelhantes, entre outras. No entanto, os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados."

Diante disso, o Caderno de Logística afirma que "a Lei nº 14.133, de 2021, e a IN 65, de 2021, deixam a critério do gestor público a definição da metodologia para desconsideração desses valores. Contudo, internamente, os órgãos e entidades podem editar normativos próprios regulamentando o assunto, a exemplo do Ministério da Justiça, que, por meio da Portaria nº 449, de 18 de maio de 2021, definiu que serão desconsiderados os preços inexequíveis e os excessivamente elevados utilizando-se preferencialmente o método desvio padrão."

A referida Portaria (disponível em https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4085/4/PRT_SE_2021_449.pdf) enuncia: "Art. 5º. (...) § 1º Para definição do preço de referência, serão desconsiderados os preços inexequíveis e os excessivamente elevados, devendo a unidade requisitante responsável pela pesquisa utilizar, preferencialmente, o método desvio padrão, conforme Anexo II-D e os seguintes critérios: I - preço excessivamente elevado: preço maior que o resultado da média das propostas somado ao desvio padrão; II - preço inexequível: preço menor que o resultado da média das propostas subtraído do desvio padrão; e III - preço inconsistente: preço incoerente em relação à quantidade e qualidade do item pesquisado."

O Enunciado nº 33/2023 (disponível em https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/outras_publicacoes/2o-simposio-de-licitacoes-e-contratos-da-justica-federal/@@download/arquivo) do Conselho da Justiça Federal (CJF) vai ao encontro da citada portaria: "Utilizar critérios estatísticos para a avaliação crítica dos preços coletados na pesquisa de preços, a exemplo: média saneada para a exclusão dos valores que destoam muito da média simples, como valores que podem ser



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.394/0001-20



inexequíveis e/ou excessivos; coeficiente de variação para a seleção do método de cálculo, média ou mediana, a ser utilizado na definição do valor estimado para a contratação."

O Caderno de Logística complementa que "para saber de forma objetiva se o conjunto de dados coletados está disposto de forma homogênea ou heterogênea, pode-se calcular o coeficiente de variação como parâmetro de homogeneidade para se analisar o nível de dispersão dos dados coletados."

A doutrina matemática trata o Coeficiente de Variação (CV) como uma maneira segura de definir se uma amostra é razoavelmente homogênea, sendo calculado como a razão entre o Desvio Padrão e a Média de um conjunto de dados ou "amostra". Ele fornece uma medida para a homogeneidade dos dados. Quanto menor o CV, mais homogênea a amostra. Em geral, um coeficiente de variação menor que 25% indica razoável homogeneidade.

Vale mencionar a citação do professor Ronaldo Corrêa (disponível em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/16380>), "conforme leciona o professor de estatística Joandyr Pintas, juntamente com o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, o CV "calcula a taxa de dispersão dos dados, isto é, grau de afastamento daquele valor em relação à média do conjunto a que pertence, razão pela qual seu resultado é dado em porcentagem (%)". E complementa: "Quanto menor o CV mais homogêneo será o conjunto dos valores analisados". Segundo ele, se o CV estiver abaixo do limite de 25%, podemos assumir que "os valores apresentados não possuem discrepâncias ou valores fora do padrão de preços".

Destaca-se também o "Manual de Pesquisa de Preços 2021" do Superior Tribunal de Justiça (disponível em <https://www.stj.jus.br/publicacao-institucional/index.php/MOP/article/view/11587/11711>) e o "Manual de Orientação de Pesquisa de Preço – 2023" da Secretaria Municipal de Gestão da Prefeitura Municipal de São Paulo (disponível em

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/gestao/arquivos/Manual_COBES_novo.pdf), que reiteram o entendimento supracitado.

O primeiro cita que, havendo homogeneidade entre os preços obtidos, que se traduz num coeficiente de variação inferior a 25%, aplica-se o critério da média para a definição do valor de mercado. Segue breve transcrição extraída do aludido Manual: "O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado." Já a segunda cartilha, orienta que "o método para obtenção do preço de referência estimado será a Média Aritmética, desde que o conjunto de preços obtidos apresente um Coeficiente de Variação menor ou igual a 25%."

Na(s) tabela(s) abaixo, encontram-se as séries de preços coletados e os resultados dos tratamentos estatísticos de cada item (planilha(s) anexa(s) a este relatório):

Fonte (Serviço de Recepção)	CNPJ	Valor (mensal)
Parâmetro I – Painel de Preços	Não se aplica	R\$ 5.239,27
Parâmetro II – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO PARANÁ – SRA/PR	Não se aplica	R\$ 4.199,64
Parâmetro II – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA	Não se aplica	R\$ 3.457,03
Parâmetro II – MINISTÉRIO DA DEFESA	Não se aplica	R\$ 5.343,71
Parâmetro II – PROCURADORIA REG DO TRABALHO 2ª REGIÃO - SP	Não se aplica	R\$ 4.654,29



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.420-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.394/0004-20



Média da Amostra	R\$ 4.578,79
Mediana da Amostra	R\$ 4.719,46
Coeficiente de Variação	17%

Fonte (Serviço de Segurança)	CNPJ	Valor (mensal)
Parâmetro I – Painel de Preços	Não se aplica	R\$ 10.748,33
Parâmetro II – Câmara Municipal de Passo Fundo	Não se aplica	R\$ 12.180,52
Parâmetro II – Inst. Federal de Educação e Ciência e Tecnologia de São Paulo	Não se aplica	R\$ 11.719,42
Parâmetro II – Câmara Municipal de Vereadores de Campo Bom	Não se aplica	R\$ 12.383,04
Parâmetro II – SP – Secretaria de Inovação e Tecnologia – SMIT	Não se aplica	R\$ 11.372,08
Média da Amostra		R\$ 11.680,68
Mediana da Amostra		R\$ 11.949,97
Coeficiente de Variação		6%

Verifica-se que o CV ficou abaixo de 25%, indicando homogeneidade aceitável entre os valores da cesta de preços. Portanto, a média é recomendável como medida de tendência central representativa dos preços coletados.

V. Memória de cálculo e conclusão: A presente pesquisa de preços foi realizada no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. Declaro que foi feita análise crítica dos preços coletados. Buscou-se, dentro do conhecimento do objeto a ser contratado, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado, de forma a evitar grandes distorções entre os preços estimados e o resultado da licitação. Para a apuração do valor estimado, levou-se em conta as informações contidas no Termo de Referência, no Relatório gerado pela plataforma Painel de Preços, nas contratações disponíveis no PNCP e nos sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, quando o caso.

Foram consideradas, ainda, as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

O preço estimado mensal da contratação (média) é de **R\$ 16.259,47 (dezesesseis mil duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos)**, conforme memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021) informada no item acima e na descrição dos cálculos abaixo:

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.420-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.394/0001-20



amostras que compõem a pesquisa;

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa:

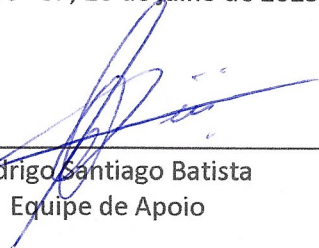
$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa:

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a legislação em vigor, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é vantajoso para a Administração.

Tremembé - SP, 16 de julho de 2025.


Rodrigo Santiago Batista
Equipe de Apoio

Objeto:	Serviço de Vigilância – 23507				
CV	Média Saneada		Média	Mediana	Menor
6%	R\$ 11.680,68		R\$ 11.680,68	R\$ 11.719,42	R\$ 10.748,33
	Limite Inferior	Limite Superior			
	CV Ok!	CV Ok!			
	Nome Fornecedor				Valor Global
1	Parâmetro I – Painel de Preços				R\$ 10.748,33
2	Parâmetro II – Câmara Municipal de Passo Fundo				R\$ 12.180,52
3	Parâmetro II – Inst. Federal de Educação e Ciencia e Tecnologia de São Paulo				R\$ 11.719,42
4	Parâmetro II – Camara Municipal de Vereadores de Campo Bom				R\$ 12.383,04
5	Parâmetro II – SP – Secretaria de Inovação e Tecnologia – SMIIT				R\$ 11.372,08

Média Saneada_1º rodada_Item 1_2

Objeto: Recepção – 8729				
CV	Média Saneada		Média	Menor
	R\$ 4.578,79		R\$ 4.578,79	R\$ 3.457,03
	Limite Inferior	Limite Superior		
	CV Ok!	CV Ok!		
Nome Fornecedor				
1	Parâmetro I – Painei de Preços		CNPJ	Valor Global
			Não se aplica	R\$ 5.239,27
2	Parâmetro II – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO PARANÁ – SRA/PR		Não se aplica	R\$ 4.199,64
3	Parâmetro II – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA		Não se aplica	R\$ 3.457,03
4	Parâmetro II – MINISTERIO DA DEFESA		Não se aplica	R\$ 5.343,71
5	Parâmetro II – Procuradoria Reg do Trabalho 2ª Região - SP		Não se aplica	R\$ 4.654,29

Contrato nº 5/2025

Última atualização 25/06/2025

Local: São Paulo/SP **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

Unidade executora: 200050 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 2A. REGIAO - SP

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 20.02.0200.0000048/2025-78

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 25/06/2025 **Data de assinatura:** 24/06/2025 **Vigência:** de 25/06/2025 a 24/06/2027

Id contrato PNCP: 26989715000102-2-001357/2025 **Fonte:** Ministério Público da União

Id contratação PNCP: [26989715000102-1-000763/2025](#)

Objeto:

Prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de profissionais uniformizados, para a Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo

VALOR CONTRATADO

R\$ 111.702,96

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 50.386.110/0001-01 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: CK CLEAN FACILITIES LTDA

Arquivos Histórico

Nome	Data
Nota de Empenho	25/06/2025
Nota de Empenho	25/06/2025
Contrato 05.2025 e anexos Recepção SBC	25/06/2025

Exibir:

5

 1-3 de 3 itens

Página:

1

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº 05/2025

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO / PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, com sede na Rua Cubatão nº 322, Paraíso, São Paulo/SP, CNPJ nº 26.989.715/0033-90, neste ato representada por sua Procuradora-Chefe Vera Lúcia Carlos, conduzida ao cargo pela Portaria PGT nº 1.697, de 25/09/2023, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria PGT nº 1.728, de 02/10/2017, ambas do Procurador Geral do Trabalho, a seguir designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa CK CLEAN FACILITIES LTDA., com sede na Rua José Fernandes, nº 181, Jardim Vilas Boas, São Paulo/SP, CEP: 04416-080, telefone (11) 97796-5854, e-mail leticia@ckclean.com.br, CNPJ nº 50.386.110/0001-01, neste ato representada por sua sócia administradora Letícia Francisca da Silva, brasileira, empresária, RG nº **.019.61*-, CPF nº ***.207.48*-, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, considerando os elementos constantes do processo eletrônico de gestão administrativa nº **20.02.0200.0000048/2025-78**, e em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE RECEPÇÃO PARA A PTM DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de profissionais uniformizados, para a Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo, localizada na Rua Silva Jardim, 187, Edifício Silva Jardim Business Center, 15º andar, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP 09715-090.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A execução do objeto obedecerá ao estipulado neste contrato, o qual ficará vinculado às disposições do **Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2025 – UASG 200050**, às disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, à proposta da contratada apresentada no mencionado pregão eletrônico e aos demais documentos constantes do processo eletrônico de gestão administrativa nº **20.02.0200.0000048/2025-78**, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Este contrato tem o regime de **execução indireta**, na modalidade de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CONTRATANTE E CONTRATADA obrigam-se quanto ao estabelecido no **item 7** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº 05/2025

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores da CONTRATANTE designados para essa finalidade, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da CONTRATANTE, conforme **item 6** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de **2 (dois) anos** contados do início da prestação dos serviços, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, a critério da CONTRATANTE, com a anuência da CONTRATADA, sendo que a não prorrogação não gera direito a qualquer tipo de indenização à CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços se iniciará em **25/06/2025**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O termo inicial da prestação dos serviços poderá ser alterado a critério da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados o **preço mensal de R\$ 4.654,29 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **preço total** do contrato durante sua vigência de **2 (dois) anos** é de **R\$ 111.702,96 (cento e onze mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No preço mensal estão incluídos todos os custos decorrentes da execução do objeto da contratação, conforme especificado na planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA com sua proposta comercial, planilha esta que integra o presente instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Consoante o disposto no item 1.2, anexo VII-F (art. 35) da IN SG/MPDG nº 5/2017, os custos não renováveis, já pagos ou amortizados no primeiro ano da

[Home](#) > [Contratos](#)

Contrato nº 00006/2024

Última atualização 07/03/2025

Local: São Paulo/SP **Órgão:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVACAO E TECNOLOGIA - SMIT**Unidade executora:** 926345 - PMSP - SECRETARIA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 6023.2023/0001790-2**Categoria do processo:** Serviços**Data de divulgação no PNCP:** 11/03/2024 **Data de assinatura:** 26/02/2024 **Vigência:** de 28/02/2024 a 27/02/2029**Id contrato PNCP:** 46392163000168-2-000007/2024 **Fonte:** Contratos.gov.br**Id contratação PNCP:** [46392163000168-1-000015/2023](#)**Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL DESARMADA, PARA AS NOVAS UNIDADES DO DESCOMPLICA SP DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL

VALOR CONTRATADO

R\$ 341.162,40

FORNECEDOR:**Tipo:** Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 21.156.308/0001-09 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)**Nome/Razão social:** RENASEB - EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA[Termos](#)[Arquivos](#)[Histórico](#)

Nome

Data

Contrato

11/03/2024

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

[Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA****Supervisão de Gestão de Contratos**

Rua Libero Badaró, 425, 27º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000

Telefone: 2075-7253

CONTRATO Nº 06/SMIT/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL DESARMADA, PARA AS NOVAS UNIDADES DO DESCOMPLICA SP DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL, QUE CELEBRAM ENTRE SI A **SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA** E A **RENASEB - EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6023.2023/0001790-2**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/SMIT/2023****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL/ANUAL****VALOR TOTAL ANUAL: R\$ 68.232,48 (SESSENTA E OITO MIL, DUZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)****VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 5.686,04 (CINCO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E QUATRO CENTAVOS)****DOTAÇÃO****ORÇAMENTARIA****Nº**

23.10.04.126.3011.2403.33903700.001.500.9001.0

NOTA DE EMPENHO Nº 25.661/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **46.392.163/0001-68**, situada na Rua Libero Badaró, 425 - 34º andar – Centro – CEP: 01009-000 – São Paulo/SP, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, **ROGER WILLIAMS DA FONSECA**, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria SMIT n.º 67, de 28 de agosto de 2018, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, a Empresa **RENASEB - EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.156.308/0001-09, com sede na Avenida Araucária, nº 1241 – Parque Oratório – Santo André, São Paulo/SP, CEP: 09251-040, representada legalmente por **MARCELO SALES DE ARRUDA**, portador da Cédula de Identidade RG n.º **19.***.***6-SSP/SP** e inscrito no CPF/MF sob n.º **111.***.***-64**, doravante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no Despacho Autorizatório sob doc. 098121576, publicado no Diário Oficial da Cidade de 19/02/2024, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal 62.100/2022, demais legislação pertinente e na conformidade das condições e cláusulas que seguem:

3.1.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à **CONTRATADA** o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

3.1.5. O prazo de início dos serviços será de acordo com o **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

3.1.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.1.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E REAJUSTE

4.1. O valor total para **60 (sessenta) meses** é de **R\$ 341.162,40 (trezentos e quarenta e um mil, cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos)** sendo o valor anual de **R\$ 68.232,48 (sessenta e oito mil, duzentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos)** e o valor mensal de **R\$ 5.686,04 (cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quatro centavos)**, conforme quadro abaixo:

QTDE.	DESCRIÇÃO	UNIDADE DESCOMPLICA	QTDE. HORAS SEMANAIS	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, para as novas unidades do Descomplica SP da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	Campo Limpo – Av. Giovanni Gronchi, nº 7143, Vila Andrade, São Paulo/SP – CEP: 05724-005	40 h – Diurno de Segunda a Sexta-feira	R\$ 5.686,04	R\$ 68.232,48	R\$ 341.162,40

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuto no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

4.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº 25.661/2024, no valor de **R\$ 58.945,28 (cinquenta e oito mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos)**, onerando a dotação orçamentária n.º **23.10.04.126.3011.2403.33903700.001.500.9001.0** do orçamento vigente, respeitando o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **05/02/2024 (097944973)**.

4.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, com interpretação dada pela Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda - SF Nº 389 de 18 de dezembro de 2017, ou seja, aplicação do **Índice de Preços ao Consumidor – IPC**, apurado pela **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.